

CONTRATO N.º 024/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS Procuradoria Jurídica Administrativa PROJU-ADM

Declaro para entender ao que dispõe o artigo 61 parágrafo único da Lei nº 8660/93 que o resumo de contrato nº\_\_\_\_\_firmado entre o Município e

imprensa oficial man em milos sobs

SECRETÁRIO(A) DA PROJU-ADM

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS E, DO OUTRO, DCN CONSTRUCAO, REFORMA E FISCALIZACAO LTDA.

O MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça Graciliano de Freitas, s/n, Alagoinhas - BA, CEP: 48.000-901, inscrito no CNPJ/MF sob número 13.646.005/0001-38, , neste ato representado pela Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, a Sra. IRACI GAMA SANTA LUZIA, inscrita no CPF/MF sob nº. 025.400.535-72, portadora do RG nº. 579.746-24 SSP/BA, doravante denominado CONTRATANTE e DCN CONSTRUCAO, REFORMA E FISCALIZACAO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.304.631/0001-50, com sede na Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 2487, Edifício Fernandez Plaza, Sala 1613, Parque Bela Vista, Salvador/BA, CEP 40.280-000, neste ato representada Sr. DARLAN COSTA NETO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 989.866.195-04, portador do RG nº 0807539309 SSP-BA, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, segundo as condições nas cláusulas seguintes:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. – O presente contrato é celebrado com base na Dispensa de Licitação n.º 004/2023, fulcrada no art. 24, l, da Lei 8.666/93, conforme Processo Administrativo nº 290/2023.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. – Constitui o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE CONTROLE DE COMBATE A INCÊNDIO E ACESSIBILIDADE, SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA, LAUDO SPDA E ACESSIBILIDADE PARA AQUISIÇÃO DE AVCB-CORPO DE BOMBEIROS DO ESTÁDIO MUNICIPAL ANTÔNIO DE FIGUEIREDO CARNEIRO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS BAHIA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	VLR. UNT SEM BDI	VLR. UNT C/ BDI	VLR. TOTAL
01	ACIONADOR MANUAL ALARME INCENDIO C/ SIRENE;	UND	02	R\$ 1.352,85	R\$ 1.670,77	R\$ 3.341,54
02	CENTRAL DE ALARME ENDEREÇAVEL DE INCENDIO COM SISTEMA PARA ATE 250 DISPOSITIVOS COM BATERIA DE 12V E 7 AMPERES;	UND	01	R\$ 5.690,50	R\$ 7.027,77	R\$ 7.027,77
03	BOTOEIRA ANTI PANICO ALARME;	UND	04	R\$ 381,98	R\$ 471,75	R\$ 1.887,00
04	CABO BLINDADO PARA ALARME E DETECÇÃO DE INCENDIO 4X1,5 MM²;		100	R\$ 28,34	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
05	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGENCIA;	UND	20	R\$ 60,73	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
06	LUMINARIA DE EMERGENCIA E AUTONOMA COM 2 PROJETORES;	UND	06	R\$ 505,57	R\$ 624,38	R\$ 3.746,28
07	LAUDO DE SPDA COM ART PARA AQUISIÇÃO DE AVCB CORPO DE BOMBEIROS;	UND	01	R\$ 2.919,70	R\$ 3.605,83	R\$ 3.605,83







					VALOR TOTAL	R\$ 32.850,00
09	LAUDO ESTRUTURAL COM ART PARA AQUISIÇÃO DE AVCB CORPO DE BOMBEIRO.	UND	01	R\$ 3.677,39	R\$ 4.541,58	R\$ 4.541,58
08	LAUDO DE ACESSIBILIDADE COM ART PARA AQUISIÇÃO DE AVCB-CORPO DE BOMBEIRO;	UND	01	R\$ 2.995,95	R\$ 3.700,00	R\$ 3.700,00

# CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:
- a) Fornecer, no ato do recebimento da nota de empenho e/ou da assinatura do contrato, relação de endereços e/ou telefones para contato;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento sem a prévia e expressa anuência da Contratante;
- c) Cumprir os prazos estabelecidos no presente instrumento:
- d) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem gualquer ônus a Contratante:
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências identificadas pela Contratante quanto à integridade do atendimento requerido;
- **g)** Prestar esclarecimentos quando forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam à atender prontamente;
- h) Responsabilizarem-se por todos os impostos, taxas ou tributos, trabalhistas, previdenciários, fiscais inerentes da execução do objeto deste projeto;
- i) Organizar-se, quando estiver de posse das informações referentes a local, data e horário, de forma a atender com maior qualidade, eficiência, eficácia e pontualidade.

# CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

# 4.1. - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Obriga-se o **CONTRATANTE**: Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
- b) Notificar imediatamente a CONTRATADA, sobre as falhas ou defeitos observados na execução do objeto contratado.
- c) Prestar as devidas informações e esclarecimentos quando solicitados pela CONTRATADA;
- d) Comunicar com antecedência os locais e horários em que os serviços deverão ser prestados.

### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

**5.1.** – O Contrato terá vigência pelo prazo de **04 (quatro) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. Em caso de rescisão, obrigar-se-á o CONTRATANTE, apenas, ao pagamento dos serviços prestados.

### CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. — O valor global estimado deste Contrato é de R\$ 32.850,00 (trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais), com pagamento após a apresentação do recibo no setor financeiro da SEFAZ.

The state of



### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

7.1. — Os valores fixados na Cláusula Sexta do presente instrumento contratual são fixos e irreajustáveis pelo período de um ano, contado a partir da data de assinatura do contrato, não sendo reajustados automaticamente.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- **8.1.** Após a perfeita entrega do objeto contratado, nas condições pactuadas, a CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, a nota fiscal acompanhada das seguintes certidões atualizadas: a) Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos Federais e à dívida ativa da União; b) Certidão negativa de débitos tributários Estadual; c) Certidão negativa de débitos tributários Municipal; d) Certificado de regularidade do FGTS CRF; e) Certidão negativa de débitos trabalhistas CNDT.
- **8.2.** A CONTRATADA apresentará a nota fiscal, em 2 (duas) vias, para liquidação e pagamento de acordo com os prazos e as datas estabelecidas no calendário de pagamentos do CONTRATANTE;
- **8.3.** O crédito será efetuado em conta bancária de titularidade da CONTRATADA conforme apresentação de suas notas fiscais devidamente atestadas e aceitas;
- 8.4. Para liquidação dos valores será ainda observado o que segue:
- a) O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se o objeto contratado não estiver sendo prestado de acordo com o proposto, aceito e contratado;
- b) Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento, em especial a não apresentação das certidões e demais documentos exigidos no contrato, pela apresentação de certidões vencidas ou que perderam a vigência e pela apresentação de documentação em desacordo com o que foi estabelecido, o pagamento somente será efetuado após decisão administrativa;
- c) O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar, as indenizações devidas pela CONTRATADA, em razão da inadimplência, nos termos do presente contrato;
- d) As notas fiscais / faturas, não aprovadas pelo CONTRATANTE serão devolvidas a CONTRATADA, para as correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, recontando-se o prazo para pagamento a partir da reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.
- §1º Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente a liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- §2º Havendo erro nas faturas ou descumprimento das condições do ajuste, no todo ou em parte, a tramitação das mesmas será suspensa para que o **CONTRATADO** tome as providências necessárias à devida correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de representação das faturas após regularizada a situação.
- §3º O CONTRATANTE poderá sustar no todo ou parte, os pagamentos devidos sempre que ocorrer irregularidades na prestação dos serviços ou nas faturas apresentadas.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

The states



9.1. — As despesas decorrentes da Contratação do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos alocados no orçamento:

SECRETARIA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
SECET	2.227	3.3.90.39	500.0000

# CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

10.1. – A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, sem excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA na forma das disposições estabelecidas na Seção IV, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo único. O CONTRATANTE, através da sua fiscalização, rejeitará no todo ou parte os serviços executados em desacordo com o previsto neste Contrato.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1. Este Contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, sem que assista à CONTRATADA direito a qualquer indenização, nas seguintes hipóteses:
- a) Inadimplemento pela CONTRATADA de quaisquer das CLÁUSULAS e condições aqui estabelecidas;
- b) Atraso no cumprimento das "Ordens de Serviço";
- c) Superveniência de incapacidade financeira da CONTRATADA devidamente comprovada;
- d) Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata da CONTRATADA, requeridas ou decretadas;
- e) Cessão total ou parcial deste Contrato e dos créditos dele decorrentes, sem prévia e escrita autorização do CONTRATANTE.
- §1º Rescindido o Contrato, por quaisquer destes motivos, o CONTRATADO terá direito, apenas, ao pagamento, dos serviços efetivamente prestados e aceitos.
- §2º Ficará o presente Contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das sanções cabíveis nos casos enumerados nos arts. 78 e 80 da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

**12.1.** – Este instrumento poderá ser alterado em decorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art 65, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com as devidas justificativas.

Parágrafo único. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de ampliar ou reduzir o objeto deste Contrato, no limite legal, garantindo-se à CONTRATADA o pagamento dos custos que forem acrescidos

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COBRANÇA JUDICIAL

13.1. – As importâncias devidas pela CONTRATADA ou CONTRATANTE serão cobradas através de processo de execução, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção, sempre que possível.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

**14.1.** – De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste Contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) ao dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço ou entrega não realizado. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, será observado o percentual de 0,43% (zero virgula quarenta e três por cento) ao dia até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor total do centrato, sem prejuízo das sanções previstas no Parágrafo Único desta Cláusula.

Parágrafo único. A adjudicatária CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções

A-

Harles



civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei 8.666/93, em sua atual redação, apurado em processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato quando o contratado, sem justa causa, deixar de cumprir o prazo estabelecido na sua proposta, conforme estabelecido na CLÁUSULA 14.1;
- c) Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por violação de qualquer dispositivo contratual, dobrável em caso de reincidência;
- d) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Alagoinhas, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- 14.2. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será de competências do Prefeito Municipal de Alagoinhas, as demais penalidades serão de competência do(s) Secretário(s) da(s) Secretaria(s) solicitante(s).

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Os prazos de início da execução do Contrato admitem prorrogação, a critério do **CONTRATANTE**, mantido todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra em dos seguintes motivos:
- a) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, alheio à vontade das partes, que altere, fundamentalmente, as condicões da execução;
- b) Interrupção da execução do serviço por ordem escrita e no interesse do CONTRATANTE;
- c) Impedimento, total ou parcial, da execução do Contrato pela superveniência de caso fortuito ou força maior, alegada logo em seguida à sua ocorrência e reconhecida pelo CONTRATANTE.
- §1º Qualquer omissão ou tolerância das partes ao exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, Anexos e Aditivos, ou o exercício de prerrogativas deles decorrentes, não constituirá renúncia ou novação nem afetará o direito das partes contratantes em exercê-lo a qualquer tempo;
- §2º A CONTRATADA responderá por todos os danos que causar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, por si, seus empregados ou prepostos.
- §3º O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.
- §4º A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de Licitação.
- §5º O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte.
- **§6º** Na interpretação das disposições deste Contrato e integração das omissões, desde que compatíveis com os preceitos de Direito Público, aplicar-se-á, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO</u>

The state of



**16.1.** – Fica eleito o Foro da cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia, para solução de questões relativas a este Contrato, com expressa renúncia das partes a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Alagoinhas, 28 de fevereiro de 2023.

IRACI GAMA SANTA LUZIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

DCN CONSTRUCAO, REFORMA E FISCALIZACAO LTDA

Rep. p/ Darlan Costa Neto CONTRATADA

TESTEMUNHA 01: Mania

CPF: <u>038.561.285-06</u>

TESTEMUNHA 02:

CPF: 4395864815

### **EXTRATO DE CONTRATO**

#### ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 024/2023 — Contratante: Município de Alagoinhas — CNPJ/MF n.º 13.646.005/0001-38 — Contratada: DCN CONSTRUÇÃO, REFORMA E FISCALIZAÇÃO LTDA — CNPJ/MF n.º 27.304.631/0001-50 — Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação nº 004/2023 — Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de execução de medidas de controle de combate a incêndio e acessibilidade, sinalização de emergência, laudo spda e acessibilidade para aquisição de avcb-corpo de bombeiros do estádio municípal antônio de figueiredo carneiro do município de Alagoinhas Bahia... — Valor estimado: R\$ 32.850,00 (trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais) - Data de Assinatura: 28/02/2023